

# Resenha

## BEVILAQUA, Aluisio Pampolha. **A Crise Orgânica do Capital: o Valor, a Ciência e a Educação.**

2015. 429 p. Tese de doutorado UFC. Fortaleza.

O final do século passado e o início do atual é o período histórico de “retorno” das crises capitalistas. De fato, elas jamais tinham desaparecido, mas até então mecanismos importantes faziam com que fossem menos perceptíveis, entre outros, a existência do sistema socialista, funcionando como dique às ações do capital a estimular políticas de bem-estar social e intervenção estatal na economia de tipo keynesiano. O final da Guerra Fria com a desagregação da União Soviética e do sistema socialista libera todos os demônios e o capital assume a face terrível que vinha sendo maquiada.

Ao lado desses eventos históricos cruciais, um significativo debate tem se desenvolvido sobre o caráter dessa crise e de suas consequências para a humanidade e o planeta. A produção teórica sobre o tema vem se avolumando e no cotidiano procura-se entender porque um colossal desenvolvimento de forças produtivas não é acompanhado por condições de acesso aos bens produzidos.

A tese de Aluisio Pampolha Bevilaqua, defendida no final do ano passado na Universidade Federal do Ceará com distinção e louvor, se propõe a contribuir com profundidade e perspectiva inovadora. O cuidado com que o autor se cercou desde o preâmbulo até as considerações finais revelam de antemão que está ciente da complexidade da questão. E da mesma forma que os pesquisadores pioneiros não se encontram condições facilitadoras para que esse tipo de investigação seja feito de forma rigorosa, novamente este rigor depende quase exclusivamente de dedicação abnegada.

A presente resenha tem como objetivo apenas circunscrever os elementos fundamentais do quadro teórico trabalhado pelo autor, especialmente, os estudos realizados por Marx nos três livros de *O Capital*. Restando partes substanciais da obra que se referem ao debate em torno das questões centrais como as relacionadas aos esquemas de reprodução do capital, a teoria do colapso e as teses propriamente ditas do caráter da crise orgânica e a crise na ciência e na educação.

Bevilaqua, além de retomar os estudos de *O Capital*, elege os *Grundrisse* como centro de seu novo estudo. Considera como problema central de sua pesquisa verificar até que ponto a crise teorizada nos chamados *Rascunhos* corresponde à crise atual. Para tanto se deve superar dois obstáculos: primeiro, fixar o modelo da crise em Marx sob o pressuposto da aplicação absoluta do capital fixo; segundo, confrontar esse modelo com a realidade atual e definir que elementos o confirmam ou refutam.

Da análise preliminar das obras que têm tratado a questão, o autor estabelece três vertentes:

A primeira procura comparar o modelo de abstração pura em Marx e a realidade atual recorrendo à chamada lei da taxa de utilização decrescente, representada por István Mészáros;

A segunda relaciona a abstração em Marx com o quadro derivado das formulações sobre império e multidão, de Michael Hardt e Antonio Negri;

A terceira vertente diagnostica que a crise do capital é a crise do trabalho abstrato, que permaneceria pela imposição do capital, cabendo a solução do dilema à abolição do trabalho, cuja maior expressão é Robert Kurz.

O autor sustenta a hipótese de que essas leituras não correspondem ao modelo apresentado nos *Grundrisse* por insuficiência de compreensão da teoria de Marx ou por dificuldades em apreender as transformações do modo de produção capitalista.

Para não incorrer nos erros identificados, parte dos seguintes pressupostos metodológicos:

*“O método indica o primado do sujeito na construção do objeto abstrato, do singular ao geral, do concreto figurado ao concreto pensado. Porém, ao se inverter o processo, passando do abstrato geral ao concreto particular, o primado do objeto sobre o sujeito orienta a reconstituição do movimento real da matéria investigada”. “Considera que esta última existe objetivamente, independente do pensamento, portanto que ela se desenvolve e não se mantém igual ao momento dialético de sua formulação abstrata” (p. 40 ).*

Para chegar aos *Grundrisse*, Bevilaqua realiza esforço de recuperação dos modelos construídos por Marx, desde os primeiros estudos até as elaborações de *O Capital*, onde a categoria crise adquire duas dimensões e significados:

*“(...) primeiro, de caráter geral e histórico, como momento dialético de negação da relação social dominante de um modo de produção determinado, limite e transição histórica deste a outro modo de produção superior, ou regressão histórica a um estágio de desagregação e barbárie social. Segundo, de caráter particular e determinado pelos contextos específicos da construção teórica do autor, ao designar um momento de mudança qualitativa nas relações internas de uma categoria, ou em sua relação com um *corpus* teórico, seja como estrutura de relações da totalidade, seja da parte social” (p.60 )*

No Livro I são identificados cinco desenvolvimentos lógicos e históricos para a categoria crise:

O primeiro a relaciona com a categoria valor com a “descoberta *sine qua non* da categoria mais-valia, [vista] como aspecto essencial do valor, fundada na dialética da categoria trabalho, como substância do valor das mercadorias, que se desdobra em seu aspecto qualitativo, útil, concreto e particular e seu aspecto quantitativo, de troca, abstrato e social” (p. 61);

O segundo contexto teórico situa as formas de ser do valor enquanto abstração geral da sociedade, cuja expressão mais desenvolvida é o dinheiro;

O terceiro contexto teórico situa a categoria crise na “acumulação do capital enquanto processo de reprodução do valor e produção de mais valor (mais-valia)” (p. 63).

A crise, portanto, constitui-se assim mais que uma noção conjuntural, ela é compreendida como parte da estrutura orgânica do capital, como se pode comprovar pela composição-valor do mesmo. Neste sentido, compreende também o caráter dialético de momento de negação da relação capital, ou seja, momento de antivalor que tende a se converter de crise geral e aspecto essencial do ciclo econômico do capital em crise histórica de transição revolucionária, processo pelo qual a subjetividade das classes exploradas supera o modo de produção constrangedor.

4. e 5. O quarto pode ser visto como a comprovação empírica do contexto anterior, expresso na Lei Geral da Acumulação Capitalista. Bevilaqua conclui a contextualização teórica afirmando que “o quinto e último contexto teórico em que Marx expressa uma concepção de crise no Livro I de *O Capital* localiza-se no capítulo sobre a acumulação primitiva, em que analisa a transição histórica do modo de produção feudal ao capitalista e indica a tendência deste último a desenvolver as condições objetivas e subjetivas à sua própria superação, portanto seu caráter histórico” (p. 69).

## **Livro II: O processo de circulação do capital**

No Livro II, a produção social é dividida em dois departamentos: d1, produtor de bens de capital, e d2, produtor de bens de consumo; e são feitas as distinções entre reprodução simples (toda a mais-valia é gasta em bens de consumo) e reprodução ampliada (parte da mais-valia é empregada para aquisição de mais capital).

A categoria crise aparece, inicialmente, “como resultado da autonomia entre os ciclos do capital produtivo e o ciclo do capital mercadoria, devido a que o produtor de mercadorias considera realizada sua mais-valia à medida que vende sua produção ( $M' - D'$ ), por exemplo, ao comerciante atacadista, dando lugar ao novo ciclo de produção” (p. 76).

A segunda referência à crise ocorre nas referências à rotação do capital, consistindo na relação entre o tempo de circulação ou produção e os componentes do capital em geral (p. 77).

No terceiro momento, a crise “ao impulsionar a renovação tecnológica, diminui o tempo de rotação, seja encurtando o tempo de circulação, seja o de produção, permitindo um refluxo mais rápido do capital adiantado e tornando-o ocioso por um período de tempo maior que o exigido para renovação do capital fixo” (p.77).

Marx via que a condição para essa conversão em novo capital é que antes já exista produção em escala ampliada, isto é, que os elementos materiais necessários podem ser comprados no mercado ou adquiridos por encomenda, possibilidade material que não depende do dinheiro, que, “em si mesmo, não é um elemento da reprodução real” (p. 89).

## **Livro III: O Processo Global da Produção Capitalista**

Na análise do processo global capitalista, Bevilaqua sublinha, inicialmente, as três contradições básicas da lei da taxa de lucros decrescente:

1. “A primeira diz respeito às relações entre a valorização e a produtividade social do trabalho;

A segunda, decorrente do movimento de concentração e centralização em relação aos pequenos capitais individuais;

A terceira, derivada do valor de uso e do valor de troca, que também se expressa em tempo necessário e excedente” (p. 103).

A seguir, registra as três características fundamentais da produção capitalista:

Concentração dos meios de produção em poucas mãos;

A organização do próprio trabalho como trabalho social;

O mercado mundial como expressão do enorme desenvolvimento das forças produtivas (p. 104).

Como desdobramento, tem a questão da acumulação do capital monetário:

*“Com base nesta relação [capital real e capital monetário], Marx responde suas indagações iniciais. Em torno da questão de se a acumulação do capital monetário indica acumulação real de capital ou reprodução em escala ampliada, a resposta é que apenas em dois momentos há coincidência entre estes movimentos de acumulação, porém, em momentos que antecedem a crise e durante a crise, constituem-se em movimentos contrários”* (p. 105).

A definição das diversas formas que assume o capital permite avançar na compreensão da categoria crise e sua relação com a tendência declinante da taxa de lucros: capital real (conjunto dos meios de produção de determinada empresa); capital monetário (capital sob a forma de determinada soma em dinheiro), capital financeiro (conjunto dos papéis negociáveis, títulos de crédito e títulos da dívida pública); capital fictício (capital formado por duplicatas e títulos de propriedade sobre o capital real); capital portador de juros ou de empréstimo (p.106).

Para encerrar essa primeira parte, que representa essencialmente a contribuição de Marx ao debate sobre a crise orgânica do capital, uma determinação se destaca sobre as demais:

*“A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite”* (MARX apud BEVILAQUA, p. 107).